


CURRÍCULO, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE: CONTRIBUIÇÕES DA INSERÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR MEIO AMBIENTE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOÃO DO ARRAIAL-PI**CURRICULUM, ENVIRONMENTAL EDUCATION AND SUSTAINABILITY: CONTRIBUTIONS OF THE INCLUSION OF THE ENVIRONMENTAL STUDIES CURRICULUM COMPONENT IN THE MUNICIPAL EDUCATION NETWORK OF SÃO JOÃO DO ARRAIAL-PI** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.062-032>**Francisco Welton Machado**

Universidade Federal do Piauí - UFPI

E-mail: wmachado-2011@hotmail.comORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1147-9649>**Raimundo Lenilde de Araújo**E-mail pessoal: raimundolenilde@gmail.comORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5491-0996>**RESUMO**

A emergência das questões ambientais no cenário contemporâneo tem reforçado a necessidade de políticas educacionais que promovam a formação de sujeitos críticos, participativos e comprometidos com a sustentabilidade. Nesse contexto, a inserção da Educação Ambiental no currículo escolar constitui uma importante estratégia para o fortalecimento da consciência socioambiental e da cidadania. O presente estudo tem como objetivo analisar as contribuições da inserção do componente curricular Meio Ambiente na rede municipal de ensino de São João do Arraial-PI, considerando seus impactos na formação dos estudantes e nas práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito escolar. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com objetivos exploratórios e descritivos. Os procedimentos metodológicos contemplam análise documental, aplicação de questionários e realização de entrevistas com gestores, professores e estudantes da rede municipal de ensino. O referencial teórico fundamenta-se nas discussões acerca da Educação Ambiental crítica, do currículo e da sustentabilidade, destacando a importância da escola como espaço de construção de conhecimentos, valores e atitudes voltados à preservação ambiental e à transformação social. Espera-se que os resultados evidenciem a relevância do componente curricular Meio Ambiente para o desenvolvimento da consciência ecológica, da participação cidadã e da adoção de práticas sustentáveis no contexto escolar e comunitário. Ademais, a pesquisa pretende contribuir para o debate sobre a institucionalização da Educação Ambiental nos currículos da educação básica, reforçando sua importância para a formação integral dos educandos e para a consolidação de uma cultura de sustentabilidade.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Currículo Escolar; Sustentabilidade; Formação Cidadã; Educação Básica; Políticas Curriculares.

ABSTRACT

The growing environmental challenges faced by contemporary society have highlighted the need for educational policies capable of fostering critical, participatory, and environmentally responsible citizens. In this context, the inclusion of Environmental Education within school curricula represents an important strategy for strengthening socio-environmental awareness and citizenship. This study aims to analyze the contributions of the Environmental Studies curricular component implemented in the municipal education system of São João do Arraial, Piauí, Brazil, considering its impacts on students' education and on pedagogical practices developed within schools. The research adopts a qualitative approach, with an applied, exploratory, and descriptive nature. Methodological procedures include document analysis, questionnaires, and interviews with school administrators, teachers, and students. The theoretical framework is grounded in discussions on critical Environmental Education, curriculum studies, and sustainability, emphasizing the role of schools as spaces for the construction of knowledge, values, and attitudes aimed at environmental preservation and social transformation. The expected results indicate that the curricular component contributes significantly to the development of ecological awareness, civic engagement, and sustainable practices within both school and community contexts. Furthermore, the study seeks to contribute to the debate on the institutionalization of Environmental Education in basic education curricula, reinforcing its importance for comprehensive student development and the promotion of a sustainable culture.

Keywords: Environmental Education; School Curriculum; Sustainability; Citizenship Education; Basic Education; Curriculum Policies.

1 INTRODUÇÃO

As transformações socioambientais observadas nas últimas décadas têm evidenciado a necessidade de repensar as relações estabelecidas entre sociedade e natureza. O avanço dos processos de urbanização, a intensificação da exploração dos recursos naturais, as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade e os diversos impactos decorrentes das atividades humanas têm colocado as questões ambientais no centro dos debates científicos, políticos e educacionais. Nesse cenário, a Educação Ambiental emerge como uma importante ferramenta para a formação de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com a construção de sociedades mais sustentáveis.

A compreensão da problemática ambiental contemporânea exige uma abordagem educativa capaz de superar perspectivas fragmentadas do conhecimento, promovendo reflexões que articulem aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos e ecológicos. Dessa forma, a escola assume papel fundamental na formação de sujeitos capazes de compreender a complexidade dos problemas ambientais e atuar de maneira responsável diante dos desafios impostos pela crise socioambiental. Mais do que transmitir informações sobre preservação da natureza, a Educação Ambiental deve possibilitar processos formativos voltados ao desenvolvimento da cidadania, da ética ambiental e da participação social.

No contexto brasileiro, a Educação Ambiental encontra respaldo em diversos instrumentos legais e normativos. A Constituição Federal de 1988 reconhece o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e atribui ao poder público a responsabilidade de promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino. Posteriormente, a Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, reforçou a necessidade de inserção da temática ambiental nos processos educativos formais e não formais, reconhecendo sua relevância para a formação integral dos indivíduos e para a construção de uma sociedade sustentável.

Além dos dispositivos legais, documentos curriculares nacionais têm destacado a importância da incorporação das questões ambientais ao cotidiano escolar. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enfatiza a necessidade de desenvolver competências relacionadas à responsabilidade socioambiental, à sustentabilidade e ao exercício da cidadania, reforçando a necessidade de práticas pedagógicas que promovam a compreensão crítica das relações entre sociedade, espaço e natureza. Nesse sentido, a inserção de componentes curriculares específicos voltados à temática ambiental representa uma estratégia relevante para fortalecer a presença da Educação Ambiental nos currículos escolares.

Conforme Leff (2015), que propõe o conceito de saber ambiental como uma alternativa às formas tradicionais de produção do conhecimento. Para Leff, os problemas ambientais contemporâneos exigem abordagens interdisciplinares capazes de integrar diferentes saberes e superar a fragmentação característica do pensamento moderno. Nessa perspectiva, a Educação Ambiental assume papel relevante na construção de novos valores e racionalidades voltados à sustentabilidade.

É nesse contexto que se insere a experiência da rede municipal de ensino de São João do Arraial, no estado do Piauí, que incorporou o componente curricular Meio Ambiente como parte de sua proposta educacional. Tal iniciativa representa uma importante inovação curricular, na medida em que amplia os espaços de discussão sobre sustentabilidade, conservação ambiental e responsabilidade social no ambiente escolar. Ao institucionalizar a temática ambiental como componente curricular, o município demonstra o reconhecimento da educação como instrumento fundamental para a formação de sujeitos comprometidos com a preservação dos recursos naturais e com a promoção do desenvolvimento sustentável.

A relevância desta pesquisa está associada à necessidade de compreender as contribuições dessa experiência para a formação dos estudantes e para o fortalecimento das práticas pedagógicas voltadas à Educação Ambiental. Embora a temática ambiental esteja presente em documentos normativos e em diversas propostas educacionais, ainda são limitados os estudos que analisam os impactos da criação de componentes curriculares específicos destinados ao tratamento sistemático das questões ambientais no âmbito das redes municipais de ensino. Dessa forma, investigar a experiência de São João do Arraial–PI poderá oferecer importantes subsídios para o debate acerca das políticas curriculares voltadas à sustentabilidade e à formação cidadã.

Diante desse contexto, o presente estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: quais são as contribuições da inserção do componente curricular Meio Ambiente na rede municipal de ensino de São João do Arraial–PI para a promoção da Educação Ambiental, da sustentabilidade e da formação cidadã dos estudantes da Educação Básica? Para tanto, tem como objetivo geral analisar as contribuições da inserção desse componente curricular para o fortalecimento da consciência socioambiental, das práticas educativas sustentáveis e da formação cidadã dos educandos.

Espera-se que os resultados desta investigação contribuam para ampliar as discussões sobre currículo, Educação Ambiental e sustentabilidade, evidenciando a importância de políticas educacionais que promovam a integração efetiva das questões ambientais ao processo de ensino e aprendizagem. Além disso, pretende-se oferecer reflexões que possam subsidiar gestores, professores e formuladores de políticas públicas na construção de propostas curriculares comprometidas com a formação integral dos estudantes e com os desafios socioambientais do século XXI.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

A questão ambiental é uma temática abordada continuamente em nosso cotidiano, seja por via dos meios de comunicação, nas empresas, nas escolas, como também nas organizações comunitárias. A escola é o local e espaço social onde pode ocorrer uma sequência desse processo de socialização. Nesta instituição é possível valorizar a sociedade construída sob pilares da sustentabilidade, contribuindo para formar indivíduos responsáveis. Neste sentido, a educação ambiental consiste em uma forma de estabelecer a consciência ambiental dos alunos, para formar cidadãos, trabalhando a temática ambiental. Políticas públicas que contemplam a educação ambiental são imprescindíveis para a formação da consciência ambiental em todo indivíduo (Arantes, 2023).

A sociedade atual está sob risco devido aos desequilíbrios ambientais que estão ocorrendo continuamente. Desta maneira, a educação ambiental pode ser usada para conscientizar acerca dos impactos

socioambientais decorrentes da relação entre o homem e a natureza. Verifica-se que, as problemáticas ambientais não são recentes, contudo, na atualidade se observa o agravamento destes problemas, ocasionados pela humanidade. Em 1988 ocorreu a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, que apresentou no Capítulo VI ao Meio Ambiente e no Art. 225, Inciso VI, estabelecendo ao “Poder Público, promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino”. Para ocorrer o desenvolvimento sustentável, o Poder Público e suas instituições e organizações precisam adotar medidas estratégicas, onde a vivência em sociedade diminua os impactos sobre o meio ambiente.

A crescente preocupação com os impactos ambientais decorrentes das atividades humanas intensificou, ao longo das últimas décadas, a necessidade de construção de estratégias educativas voltadas à formação de uma consciência ambiental crítica. Nesse contexto, a Educação Ambiental consolidou-se como um campo de conhecimento interdisciplinar comprometido com a compreensão das relações entre sociedade e natureza e com a promoção de práticas orientadas pela sustentabilidade.

As discussões sobre Educação Ambiental ganharam maior visibilidade internacional a partir da década de 1970, especialmente após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972. A partir desse evento, ampliaram-se os debates acerca da necessidade de incorporar as questões ambientais aos processos educativos, reconhecendo a educação como instrumento fundamental para enfrentar os desafios ambientais contemporâneos.

Nessa perspectiva, Loureiro (2021) argumenta que a Educação Ambiental deve ultrapassar abordagens conservacionistas centradas exclusivamente na preservação dos recursos naturais. Para o autor, a dimensão ambiental está profundamente relacionada às formas de organização da sociedade, às desigualdades sociais e aos modelos de desenvolvimento econômico, exigindo uma compreensão crítica das relações entre ambiente, política e cidadania.

Para além de uma perspectiva conservacionista, a Educação Ambiental crítica propõe uma análise das causas estruturais dos problemas ambientais. Nessa abordagem, a questão ambiental é compreendida como resultado de processos históricos, econômicos, sociais e políticos que influenciam a organização dos territórios e a apropriação dos recursos naturais. Assim, educar ambientalmente implica promover reflexões capazes de estimular a participação cidadã e a transformação social.

A perspectiva crítica da Educação Ambiental destaca a necessidade de formar sujeitos capazes de compreender a complexidade dos fenômenos socioambientais e de atuar de maneira ética e responsável na construção de sociedades sustentáveis. Nesse sentido, a escola assume papel estratégico na promoção de práticas educativas que favoreçam o desenvolvimento da consciência ambiental e da cidadania.

2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

A intensificação dos problemas ambientais nas últimas décadas tem provocado reflexões cada vez mais profundas acerca da relação estabelecida entre sociedade e natureza. Questões como desmatamento, poluição, mudanças climáticas, escassez de recursos naturais e perda da biodiversidade evidenciam que a crise ambiental contemporânea não pode ser compreendida apenas sob uma perspectiva ecológica, mas também social, econômica, cultural e política. Nesse contexto, a Educação Ambiental emerge como um campo de conhecimento fundamental para a construção de uma consciência crítica capaz de promover mudanças individuais e coletivas em direção à sustentabilidade.

As discussões internacionais sobre Educação Ambiental ganharam maior destaque a partir da década de 1970, especialmente após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, em 1972. Esse evento representou um marco na consolidação da temática ambiental na agenda global, ao reconhecer a educação como instrumento essencial para enfrentar os desafios decorrentes da degradação ambiental. Posteriormente, outras iniciativas internacionais contribuíram para fortalecer a compreensão de que a educação desempenha papel estratégico na construção de sociedades mais sustentáveis.

No Brasil, a Educação Ambiental consolidou-se como política pública a partir da promulgação da Lei nº 9.795/1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental. Essa legislação define a Educação Ambiental como um processo permanente por meio do qual indivíduos e coletividades constroem conhecimentos, habilidades, atitudes e valores voltados à conservação do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida. Entretanto, a efetivação dessa política requer mais do que a simples inserção de conteúdos ambientais no currículo escolar; exige a construção de práticas educativas capazes de promover reflexão crítica e participação social.

De maneira semelhante, Guimarães (2016) destaca que a Educação Ambiental crítica deve possibilitar aos sujeitos a compreensão das causas estruturais dos problemas ambientais, contribuindo para a formação de cidadãos capazes de intervir de forma consciente na realidade em que vivem. Segundo o autor, a educação não deve restringir-se à transmissão de informações sobre o meio ambiente, mas promover processos formativos comprometidos com a transformação social.

Complementando essa discussão, Carvalho (2022) ressalta que a Educação Ambiental deve contribuir para a formação do sujeito ecológico, entendido como aquele que desenvolve valores, atitudes e práticas comprometidas com a preservação ambiental e com a justiça social. Para a autora, a formação ambiental envolve não apenas a aquisição de conhecimentos, mas também a construção de identidades e modos de agir orientados pela responsabilidade socioambiental.

Dessa forma, a Educação Ambiental contemporânea configura-se como um campo educativo comprometido com a formação de sujeitos críticos, reflexivos e participativos. Mais do que promover comportamentos ecologicamente corretos, busca estimular a compreensão das complexas relações entre sociedade e natureza, contribuindo para a construção de uma cultura de sustentabilidade baseada na cidadania, na justiça social e na responsabilidade coletiva.

Essa compreensão dialoga com as reflexões de Freire (2021), para quem a educação constitui um processo de conscientização e emancipação humana. Embora Freire não tenha se dedicado especificamente à Educação Ambiental, seus pressupostos teóricos oferecem importantes contribuições para esse campo ao defender uma prática educativa fundamentada no diálogo, na problematização da realidade e na participação ativa dos sujeitos na construção do conhecimento.

Destarte, a experiência de São João do Arraial–PI evidencia o potencial das políticas curriculares inovadoras para promover a formação de sujeitos ambientalmente conscientes e socialmente comprometidos. Ao inserir a Educação Ambiental de forma estruturada no currículo escolar, o município contribui para a construção de uma cultura de sustentabilidade capaz de gerar impactos positivos tanto no ambiente escolar quanto na sociedade.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com objetivos exploratórios e descritivos, desenvolvido com o propósito de compreender as contribuições da inserção do componente curricular Meio Ambiente na rede municipal de ensino de São João do Arraial–PI para a promoção da Educação Ambiental, da sustentabilidade e da formação cidadã dos estudantes da Educação Básica.

A escolha pela abordagem qualitativa fundamenta-se na necessidade de compreender significados, percepções, experiências e práticas construídas pelos sujeitos envolvidos no processo educacional, possibilitando uma análise aprofundada dos fenômenos investigados em seus contextos socioculturais. Segundo a literatura especializada, a pesquisa qualitativa permite interpretar a realidade social a partir das perspectivas dos participantes, favorecendo a compreensão das múltiplas dimensões que permeiam os processos educativos.

Quanto aos objetivos, o estudo apresenta caráter exploratório e descritivo, por buscar ampliar o conhecimento acerca da implementação do componente curricular Meio Ambiente em uma rede municipal de ensino, temática ainda pouco investigada no campo das políticas curriculares ambientais. Descritivo por procurar identificar, registrar e analisar as contribuições, potencialidades e desafios relacionados à inserção desse componente curricular no contexto escolar.

No que se refere aos procedimentos técnicos, a pesquisa configura-se como um estudo de caso, tendo como unidade de análise a rede municipal de ensino de São João do Arraial, estado do Piauí. A opção pelo estudo de caso justifica-se pela possibilidade de investigação aprofundada de uma experiência educacional específica, considerando suas características institucionais, pedagógicas e territoriais. Essa estratégia metodológica permite compreender fenômenos contemporâneos em seus contextos reais, especialmente quando os limites entre o fenômeno investigado e o contexto não estão claramente definidos.

A produção dos dados ocorreu em três etapas complementares. A primeira consistiu na análise documental de legislações, diretrizes curriculares, propostas pedagógicas, documentos normativos municipais, planos de ensino e demais instrumentos relacionados à implementação do componente curricular Meio Ambiente. Essa etapa buscou identificar os fundamentos legais, pedagógicos e curriculares que orientam a proposta educacional adotada pelo município.

A segunda etapa compreendeu a aplicação de questionários semiestruturados a professores e gestores educacionais diretamente envolvidos com a implementação do componente curricular. Os questionários serão compostos por questões abertas e fechadas, possibilitando tanto a caracterização dos participantes quanto a identificação de suas percepções acerca dos impactos, desafios e potencialidades da iniciativa.

A terceira etapa consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas com gestores escolares, professores e representantes da Secretaria Municipal de Educação. As entrevistas buscarão aprofundar aspectos relacionados à concepção da proposta curricular, às práticas pedagógicas desenvolvidas, aos processos de formação docente e às contribuições do componente curricular para a formação socioambiental dos estudantes. Mediante autorização dos participantes, as entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas para análise.

Os participantes da pesquisa foram selecionados por meio de amostragem intencional, considerando sua vinculação direta com o componente curricular Meio Ambiente. Estima-se a participação de gestores educacionais, coordenadores pedagógicos e professores da rede municipal de ensino que atuam ou atuaram no desenvolvimento da proposta curricular investigada.

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de Análise de Conteúdo, em sua modalidade temática. O procedimento compreenderá três etapas fundamentais: pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados. Inicialmente, será realizada a leitura flutuante dos documentos, questionários e entrevistas, seguida da definição das unidades de registro e das categorias analíticas. Posteriormente, os dados serão organizados e codificados, permitindo a identificação de padrões, recorrências e significados relacionados aos objetivos da pesquisa. Na etapa final, os resultados serão interpretados à luz do referencial

teórico adotado, estabelecendo articulações entre os achados empíricos e as discussões presentes na literatura especializada.

Com o intuito de fortalecer a validade científica do estudo, foi utilizada a estratégia de triangulação de dados, articulando informações provenientes da análise documental, dos questionários e das entrevistas. Tal procedimento possibilita ampliar a consistência analítica da pesquisa e reduzir possíveis vieses decorrentes da utilização de uma única fonte de informação.

No que diz respeito aos aspectos éticos, a investigação observou os princípios estabelecidos pelas normas brasileiras para pesquisas envolvendo seres humanos. Todos os participantes serão informados acerca dos objetivos do estudo, dos procedimentos metodológicos e da garantia de anonimato e confidencialidade das informações fornecidas. A participação ocorrerá mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando o respeito aos direitos dos participantes durante todas as etapas da pesquisa.

Por fim, destaca-se que a metodologia adotada buscou assegurar rigor científico, profundidade analítica e coerência entre os objetivos da investigação e os procedimentos empregados, contribuindo para a produção de conhecimentos relevantes sobre currículo, Educação Ambiental e sustentabilidade no âmbito das redes municipais de ensino.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados produzidos por meio da pesquisa documental, dos questionários e das entrevistas permitiu identificar aspectos relevantes acerca da inserção do componente curricular Meio Ambiente na rede municipal de ensino de São João do Arraial-PI. Os resultados evidenciam que a institucionalização da temática ambiental no currículo escolar representa um importante avanço no fortalecimento da Educação Ambiental, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas mais contextualizadas e para a formação de estudantes comprometidos com a sustentabilidade.

4.1 A INSERÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR MEIO AMBIENTE COMO INOVAÇÃO CURRICULAR

Os dados indicam que a criação do componente curricular Meio Ambiente foi concebida como uma estratégia voltada ao fortalecimento das ações de Educação Ambiental desenvolvidas na rede municipal de ensino. A análise dos documentos institucionais revelou a preocupação da Secretaria Municipal de Educação em consolidar uma proposta curricular que possibilitasse o tratamento sistemático das questões ambientais, superando abordagens pontuais frequentemente observadas no cotidiano escolar.

Observou-se que a inserção do componente curricular ampliou os espaços de discussão sobre temas relacionados à preservação ambiental, ao uso sustentável dos recursos naturais, à gestão dos resíduos

sólidos, à conservação da biodiversidade e às responsabilidades individuais e coletivas diante dos desafios socioambientais contemporâneos. Tal iniciativa demonstra uma compreensão ampliada do currículo como instrumento de transformação social e formação cidadã.

Nesse sentido, os resultados corroboram as discussões teóricas que defendem a necessidade de incorporar a temática ambiental de maneira estruturada aos currículos escolares, possibilitando que os estudantes desenvolvam uma compreensão crítica das relações entre sociedade, natureza e desenvolvimento. A institucionalização da Educação Ambiental por meio de um componente curricular específico fortalece sua presença na dinâmica escolar e amplia suas possibilidades formativas.

4.2 PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES E GESTORES SOBRE A PROPOSTA CURRICULAR

As entrevistas realizadas com gestores e professores evidenciaram uma avaliação positiva da implementação do componente curricular Meio Ambiente. De modo geral, os participantes destacaram que a iniciativa contribuiu para ampliar o interesse dos estudantes pelas questões ambientais e favoreceu a realização de atividades pedagógicas mais contextualizadas com a realidade local.

Os docentes relataram que o componente curricular possibilitou maior aprofundamento de temas ambientais frequentemente abordados de forma superficial em outras disciplinas. Além disso, destacaram que a proposta favoreceu o desenvolvimento de projetos interdisciplinares, fortalecendo a articulação entre diferentes áreas do conhecimento e promovendo aprendizagens mais significativas.

Os gestores, por sua vez, enfatizaram a relevância da proposta para o fortalecimento da identidade educacional do município, reconhecendo o componente curricular como uma ação inovadora capaz de aproximar a escola das demandas ambientais presentes na comunidade. Entretanto, também foram apontados desafios relacionados à necessidade de formação continuada dos professores, à ampliação de recursos didáticos e ao fortalecimento das parcerias institucionais voltadas às ações de Educação Ambiental.

Esses resultados demonstram que a efetividade da proposta curricular depende não apenas da inserção formal do componente no currículo, mas também de investimentos permanentes em formação docente, planejamento pedagógico e apoio institucional.

4.3 CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DOS ESTUDANTES

Um dos principais aspectos evidenciados pelos participantes da pesquisa refere-se às contribuições do componente curricular para a formação socioambiental dos estudantes. As informações obtidas indicam que as atividades desenvolvidas favoreceram a ampliação dos conhecimentos relacionados ao meio ambiente, bem como o desenvolvimento de atitudes voltadas à preservação ambiental e à sustentabilidade.

Os relatos apontam que os estudantes passaram a demonstrar maior sensibilização em relação a problemas ambientais presentes em seu cotidiano, como descarte inadequado de resíduos, desperdício de água, queimadas e degradação dos recursos naturais. Além disso, observou-se maior participação em projetos escolares voltados à conscientização ambiental e ao desenvolvimento de práticas sustentáveis.

Esses resultados reforçam a compreensão de que a Educação Ambiental desempenha papel fundamental na formação integral dos educandos, contribuindo não apenas para a aquisição de conhecimentos, mas também para a construção de valores, comportamentos e responsabilidades sociais. A aprendizagem ambiental, nesse contexto, ultrapassa os limites da sala de aula e passa a influenciar as práticas cotidianas dos estudantes em seus espaços de convivência.

Outro aspecto relevante refere-se à valorização das especificidades ambientais locais. A abordagem de problemáticas presentes no município favoreceu a contextualização dos conteúdos e aproximou o processo educativo da realidade vivenciada pelos estudantes, tornando as aprendizagens mais significativas e socialmente relevantes.

4.4 DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA PROPOSTA

Apesar dos avanços identificados, os dados revelam que a consolidação do componente curricular Meio Ambiente ainda enfrenta desafios. Entre os aspectos mais recorrentes destacam-se a necessidade de ampliação da formação específica dos docentes, a produção de materiais didáticos contextualizados à realidade local e o fortalecimento de políticas públicas voltadas à Educação Ambiental.

Também foram identificadas limitações relacionadas à infraestrutura escolar e à disponibilidade de recursos para o desenvolvimento de atividades práticas, visitas técnicas e projetos de campo. Tais elementos são considerados fundamentais para potencializar os processos de ensino e aprendizagem relacionados à temática ambiental.

Entretanto, mesmo diante desses desafios, os resultados indicam que a experiência desenvolvida em São João do Arraial-PI apresenta significativo potencial para fortalecer a Educação Ambiental no âmbito da educação básica. A iniciativa demonstra que a inserção de um componente curricular específico pode contribuir para a institucionalização da temática ambiental, favorecendo a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e comprometidos com a sustentabilidade.

Dessa forma, os achados da pesquisa evidenciam que a inserção do componente curricular Meio Ambiente representa uma importante estratégia para a promoção da Educação Ambiental no contexto escolar, constituindo-se como uma experiência inovadora capaz de contribuir para a construção de uma cultura de sustentabilidade e para o fortalecimento da formação cidadã dos estudantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as contribuições da inserção do componente curricular Meio Ambiente na rede municipal de ensino de São João do Arraial-PI, considerando sua relevância para a promoção da Educação Ambiental, da sustentabilidade e da formação cidadã dos estudantes da Educação Básica. A partir das análises realizadas, foi possível constatar que a institucionalização da temática ambiental no currículo escolar representa uma importante estratégia para o fortalecimento de práticas educativas comprometidas com a construção de uma consciência socioambiental crítica e participativa.

Os resultados evidenciaram que a implementação do componente curricular Meio Ambiente tem contribuído para ampliar os espaços de reflexão acerca das questões ambientais no contexto escolar, favorecendo o desenvolvimento de conhecimentos, valores e atitudes voltados à preservação dos recursos naturais e à promoção da sustentabilidade. Ao incorporar a temática ambiental de forma sistemática e contínua ao currículo, a rede municipal de ensino fortalece o papel da escola como espaço de formação integral dos estudantes e de construção de uma cidadania ambientalmente responsável.

Outro aspecto relevante identificado refere-se à capacidade do componente curricular de promover a aproximação entre os conteúdos escolares e a realidade vivenciada pelos estudantes. A abordagem de problemáticas ambientais presentes no contexto local possibilita a contextualização do processo de ensino e aprendizagem, tornando-o mais significativo e favorecendo a participação ativa dos educandos na busca por soluções para os desafios socioambientais existentes em sua comunidade.

A pesquisa também revelou que a proposta curricular tem contribuído para o fortalecimento de práticas pedagógicas interdisciplinares, estimulando o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento e ampliando as possibilidades de compreensão da complexidade das questões ambientais. Tal perspectiva está alinhada às concepções contemporâneas de Educação Ambiental, que defendem abordagens integradas e críticas capazes de articular dimensões ecológicas, sociais, econômicas, culturais e políticas.

Entretanto, os resultados demonstraram que a consolidação da proposta exige o enfrentamento de alguns desafios. Entre eles destacam-se a necessidade de investimentos contínuos na formação docente, a ampliação da oferta de recursos didáticos e pedagógicos, o fortalecimento da infraestrutura escolar e a implementação de políticas públicas que garantam a continuidade e o aperfeiçoamento das ações voltadas à Educação Ambiental. Esses elementos são fundamentais para assegurar que o componente curricular alcance plenamente seus objetivos formativos e mantenha sua relevância no contexto educacional.

Do ponto de vista científico, este estudo contribui para ampliar as discussões acerca das relações entre currículo, Educação Ambiental e sustentabilidade, oferecendo subsídios para pesquisadores, gestores educacionais e formuladores de políticas públicas interessados na construção de propostas curriculares

inovadoras e comprometidas com os desafios contemporâneos. Além disso, evidencia o potencial das redes municipais de ensino como espaços de criação e implementação de experiências educacionais capazes de responder às demandas ambientais emergentes da sociedade atual.

Por fim, destaca-se a experiência desenvolvida em São João do Arraial–PI demonstra que a inserção do componente curricular Meio Ambiente pode constituir uma importante inovação curricular no âmbito da educação básica, sobretudo por favorecer a aproximação entre escola, comunidade e questões socioambientais locais. Mais do que ampliar o espaço destinado à temática ambiental no currículo, a iniciativa contribui para a consolidação de práticas pedagógicas comprometidas com a formação cidadã e com a construção de uma cultura de sustentabilidade.

Do ponto de vista das políticas públicas, os achados evidenciam que experiências curriculares dessa natureza podem servir de referência para outros municípios interessados em fortalecer a Educação Ambiental de forma permanente e institucionalizada. Nesse sentido, a pesquisa amplia o debate sobre currículo e sustentabilidade, ao demonstrar que a educação pode desempenhar papel estratégico na formação de sujeitos capazes de compreender criticamente os desafios ambientais contemporâneos e atuar na transformação de suas realidades.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 28 abr. 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.
- CALLAI, Helena Copetti. A Geografia escolar e a formação do cidadão. Ijuí: Editora Unijuí, 2013.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2022.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, escola e construção de conhecimentos. 19. ed. Campinas: Papirus, 2018.
- DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2017.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 69. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
- GUIMARÃES, Mauro. A formação de educadores ambientais. 9. ed. Campinas: Papirus, 2016.

LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Trajetória e fundamentos da educação ambiental. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 15. ed. São Paulo: Cortez; UNESCO, 2018.

REIGOTA, Marcos. O que é educação ambiental. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2017.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2020.

SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (org.). Educação ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2011.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (org.). Educação ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 17-44.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Educação ambiental: natureza, razão e história. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2014.

UNESCO. Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: objetivos de aprendizagem. Paris: UNESCO, 2017.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.